



CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS OU INTERMUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

1 SERVIÇOS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

- 1.1 CONCEITUAÇÃO
 - 1.1.1 SANEAMENTO BÁSICO
 - 1.1.2 SERVIÇOS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS
 - 1.1.3 OUTROS CONCEITOS E DEFINIÇÕES RELEVANTES
- 1.2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
- 1.3 MODELOS DE GESTÃO
 - 1.3.1 GESTÃO DIRETA DO SERVIÇO PELO MUNICÍPIO
 - 1.3.1.1 Prestação direta do serviço
 - 1.3.1.2 Prestação indireta do serviço
 - 1.3.2 GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO
 - 1.3.2.1 Gestão associada por consórcio público
 - 1.3.2.2 Gestão associada por convênio de cooperação
- 1.4 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA SUSTENTABILIDADE
- 1.5 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA REGULAÇÃO
- 1.6 DO CONTROLE SOCIAL

2 ASPECTOS LEGAIS

- 2.1 LEI Nº 11.107/2005 E DECRETO Nº 6.017/2007
- 2.2 LEI Nº 11.445/2007 E DECRETO Nº 7.217/2010
- 2.3 LEI Nº 12.305/2010 E DECRETO Nº 7.404/2010
 - 2.3.1 CONCEITOS, DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS RELEVANTES DA PNRS
 - 2.3.2 COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS NA PNRS
- 2.4 DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE
- 2.5 DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS
- 2.6 DA REGULAÇÃO
 - 2.6.1 OBJETIVOS DA REGULAÇÃO
 - 2.6.2 COMPETÊNCIAS REGULATÓRIAS
 - 2.6.3 ÓRGÃOS E ENTIDADES DE REGULAÇÃO
- 2.7 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
- 2.8 DO CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DOS SERVIÇOS

3 PLANEJAMENTO

- 3.1 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
 - 3.1.1 OBJETIVOS
 - 3.1.2 ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E FINANCEIRA
 - 3.1.3 ASPECTOS DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
 - 3.1.4 ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO



3.2 PLANO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1 OBJETIVOS

3.3 ASPECTOS DA REGULAÇÃO ECONÔMICA DOS SERVIÇOS

3.3.1 REGIMES DE COBRANÇA PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1.1 Regime de preço público

3.3.1.2 Regime tributário

3.3.2 FORMAS DE COBRANÇA PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

3.3.2.1 Regime de cobrança conforme o tipo de serviço

3.3.2.2 Regime de cobrança conforme o regime e forma de prestação dos serviços

4 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1 SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1.1 ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

4.1.2 ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS DE MAIOR PORTE

4.2 SERVIÇOS INTERMUNICIPAIS

4.2.1 COOPERAÇÃO FEDERATIVA

4.2.2 GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

4.2.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERMUNICIPAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.3.1 Organização intermunicipal por convênio de cooperação

4.2.3.2 Organização intermunicipal por consórcio público

4.3 PRESTAÇÃO INTEGRADADA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

4.3.1 INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

4.3.2 INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS

4.3.3 INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS

4.4 SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES DO SANEAMENTO BÁSICO

5 CRIAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS

5.1 EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

5.1.1 REFERÊNCIAS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

5.1.2 REFERÊNCIAS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS INTERMUNICIPAIS

5.2 DIFICULDADES PARA CRIAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

5.3 SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

5.4 ESTUDOS PRELIMINARES

5.4.1 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS

5.4.1.1 Conteúdo básico do diagnóstico

5.4.2 ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SERVIÇOS

5.5 ROTEIRO BÁSICO PARA CRIAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL

5.5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

5.5.2 PLANEJAMENTO TARIFÁRIO

5.5.2.1 Tarifa social

5.5.2.2 Reajuste e revisão tarifária

5.5.2.3 Estrutura tarifária dos serviços de água e esgoto

5.6 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS INTERMUNICIPAIS



- 5.6.1 PROTOCOLO DE INTENÇÕES
- 5.6.2 ESTRUTURA DA GESTÃO ASSOCIADA
- 5.6.3 ETAPAS E PROCEDIMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO
 - 5.6.3.1 Etapa 1 - Elaboração dos Diagnósticos Situacionais e Estudos de Viabilidade
 - 5.6.3.2 Etapa 2–Elaboração do Protocolo de Intenções
 - 5.6.3.3 Etapa 3–Processo de convencimento e adesão dos municípios
 - 5.6.3.4 Etapa 4 – Ratificação do protocolo de Intenções pelo poder legislativo
- 5.7 CONSÓRCIOS CONSTITUÍDOS ANTES DA LEI 11.107, DE 2005
- 5.8 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CONSÓRCIO
 - 5.8.1 ESTATUTO SOCIAL
 - 5.8.2 CONTRATO DE RATEIO
 - 5.8.3 ETAPAS DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CONSÓRCIO
 - 5.8.3.1 Etapa 1- Instituição dos órgãos decisórios
 - 5.8.3.2 Etapa 2-Instituição e estruturação do órgão executivo administrativo e operacional
 - 5.8.3.3 Etapa 3 - Contrato de programa
- 5.9 ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO
- 5.10 ASPECTOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO
 - 5.10.1 PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS
 - 5.10.2 EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS
 - 5.10.3 FIXAÇÃO, REAJUSTES E REVISÕES DE TARIFAS E OUTROS PREÇOS PÚBLICOS
 - 5.10.4 CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS DE OUTRAS ENTIDADES
 - 5.10.5 CONVÊNIOS, TERMOS DE PARCERIAS E CONTRATOS DE GESTÃO.
 - 5.10.6 RESPONSABILIDADES DOS ADMINISTRADORES
 - 5.10.7 GESTÃO DE PESSOAL
 - 5.10.8 ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E LICITAÇÕES DO CONSÓRCIO

6 DA RETOMADA DE SERVIÇOS DELEGADOS

- 6.1 MOTIVAÇÃO PARA EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO
- 6.2 DIAGNÓSTICO JURÍDICO CONTRATUAL DA DELEGAÇÃO
 - 6.2.1 DELEGAÇÃO MEDIANTE CONCESSÃO REGIDA PELA LEI Nº 8.987, DE 1995
 - 6.2.2 DELEGAÇÃO À EMPRESA ESTADUAL ANTES DA LEI Nº 11.107, DE 2005
 - 6.2.3 DELEGAÇÃO POR CONTRATO DE PROGRAMA REGIDO PELA LEI Nº 11.107, DE 2005
- 6.3 LEVANTAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS